

## CAPÍTULO 6

### CIDADANIA ATIVA NA INFÂNCIA: ROTEIROS METODOLÓGICOS

*Natália Fernandes  
Gabriela de Pina Trevisan*

#### CIDADANIA DA INFÂNCIA: ALGUMAS NOTAS SOBRE OS SEUS CAMINHOS

Desde há cerca de três décadas que os discursos produzidos sobre a infância e as crianças têm vindo a ser fortalecidos no sentido de afirmar a ideia de que as crianças são cidadãos e sujeitos ativos de direitos. Este percurso, sustentado formalmente a partir de 1989 com a promulgação da Convenção sobre os Direitos da Criança (ONU), e fortalecido posteriormente com outros mecanismos formais, como é o caso do Comentário Geral nº 12, de 2009, do Comité dos Direitos da Criança e da Recomendação do Conselho de Ministros da União Europeia, em 2012, foi acompanhado, em termos teóricos, por um significativo movimento de autores que, sobretudo a partir da área dos Estudos da Criança, têm vindo a defender outras possibilidades de entender as crianças e a infância. Este movimento teórico tem trazido para a discussão os conceitos de participação e de cidadania das crianças, elementos fundacionais da imagem renovada da criança enquanto sujeito ativo de direitos e enquanto cidadão.

Neste percurso, vários são os autores que têm alertado para a necessidade de enfrentar perspectivas, persistentes, que apresentam as crianças como meros “futuros-cidadãos”. Sintomático desta imagem é a afirmação que fazem Wyness, Harrison & Buchanan, quando

argumentam que “as crianças se veem reconhecidas enquanto cidadãs na mesma altura em que deixam a infância” (2004, p. 84). Vários outros autores têm vindo a defender a exigência de ultrapassar esta ideia de que as questões da participação e da cidadania ativa das crianças necessitam ser recolocadas no presente e não no futuro. Os estudos de Lister (2007) são um exemplo da reivindicação desta exigência, afirmando a autora que o discurso sobre a cidadania ativa das crianças é marcado por dois enfoques: um que ignora as crianças enquanto cidadãos ativos, remetendo o exercício da sua cidadania para a tutela dos adultos; o outro que a remete para o futuro, considerando-as enquanto cidadãos em espera ou aprendizes de cidadão. Outros autores reafirmam este último enfoque, tal como Plummer (2003), quando observa as crianças como *serão cidadãs* ou Cohen (2005), quando se refere às mesmas enquanto *semi-cidadãs*.

A consideração das crianças como cidadãs prende-se com aspetos de reconhecimento, de direitos e de responsabilidades que possam enfrentar perspectivas adultocêntricas de cidadania que alimentem as imagens de criança referidas anteriormente e possibilitem sustentar a ideia de que, enquanto parte integrante da sociedade, as crianças necessitam de tempos, modos e espaços propiciadores e potencializadores da sua participação. No entanto, a questão que se levanta é, ao mesmo tempo, simples e complexa, tal como avança Lee (2006) ao questionar porque é que numa sociedade que se orgulha dos seus valores democráticos, a sugestão de participação das crianças parece ser tão controversa. Consideramos que o modo como o conceito de cidadania tem vindo a ser pensado ao longo do tempo não terá contribuído em muito para trazer as crianças para o seu centro.

A mais clássica teoria de cidadania, a de Marshall (1950), ao avançar com as suas 3 dimensões de cidadania (civil, política e social) acaba por excluir as crianças da sua conceptualização, tal como refere Cockburn (2013), pois as possibilidades de exercício da cidadania social e também política é algo que fica dependente de outros grupos

geracionais, nomeadamente o grupo geracional dos adultos. Para além do mais fica comprometida no seu exercício, também, com o modo rígido em que se apresenta, alimentando dicotomias, que excluem mais do que incluem. Pelo facto de as crianças se apresentarem como dependentes dos adultos para a satisfação de direitos básicos de provisão, proteção e participação, são também consideradas num registo de tutela e invisibilidade no que diz respeito à sua cidadania política. Aparecem, assim, como cidadãs-incompletas, tutelados por cidadãos-completos, como, à partida, são considerados os adultos.

Consideramos muito interessante a conceptualização proposta por Plummer (2003) que nos mobiliza a pensar em novas cidadanias, muito relacionadas com o conceito de identidade, o que exige pensar o conceito de cidadania e a estreita ligação com um sentido de pertença a uma comunidade ou grupo e, por isso mesmo, também a um sentido de participação na mesma. Consideram-se assim possibilidades menos formais e herméticas de compreender a cidadania, valorizando as subjetividades, as diferenças, no fundo, valorizando a alteridade das crianças e os modos distintos que têm de viver e experienciar a cidadania. Este é, no entanto, um desafio em aberto, tal como afirma Prout:

Demasiadas vezes, espera-se que as crianças encaixem nos modos adultos de participação quando, o que é necessário, é uma mudança institucional e organizacional que encoraje e facilite as vozes das crianças. Infelizmente, a participação das crianças é um assunto alto em retórica, mas por vezes baixo na prática (Prout, 2003, p.21)

Assim, a consideração das crianças como cidadãs exige ir além da retórica do alto consenso e da baixa intensidade no respeito pela sua ação social, pela sua participação, exigindo da parte do adulto, ir além de perspetivas adultocentradas de cidadania (Trevisan, 2014). Neste processo o ónus não deve ser colocado sobre crianças/ jovens no sentido de mudança, mas sim sobre outros atores-adultos, aos quais se exige alguma mudança para renovar práticas (Cockburn, 2007).

As práticas de envolvimento de crianças e jovens em políticas públicas e no espaço público têm vindo a crescer, ainda que sejam frequentemente consideradas incipientes, pontuais e ausentes de uma estratégia de promoção da cidadania infantil *tout court*. Estas experiências tendem, por isso, a centrar-se mais em níveis localizados. De acordo com Wyness (2001) os interesses das crianças neste tipo de iniciativas operam-se em torno de 4 conceitos fundamentais: *mobilização*, uma vez que os seus interesses deverão ser mobilizados com sucesso ao nível organizacional; da *participação*, uma vez que as crianças deverão participar e ser envolvidas em estruturas políticas onde possam exercer *influência* e, finalmente, esses elementos são constituídos a partir de grupos que representarão os seus interesses (*representação*) (Wyness, 2001, p. 199-200). O exercício de influência, que poderá aqui também ser entendido como o envolvimento em processos de codecisão, encontra dificuldades no que respeita a crianças e jovens, mesmo quando diferentes oportunidades, aparentemente, lhes possam ser proporcionadas.

Tal como se defendeu, as crianças são agora vistas como sujeitos de direitos, sendo os direitos de participação considerados centrais para os investigadores da infância, o que implica o repensar de práticas de investigação com crianças, que respeitem o seu estatuto, voz e perspetivas, que, afinal, sejam mecanismos de construção de uma cidadania ativa das crianças.

#### **INVESTIGAÇÃO SOBRE CRIANÇAS E COM CRIANÇAS – PONTO DE SITUAÇÃO, QUADROS TEÓRICOS DE REFERÊNCIA.**

A investigação com crianças tem sido largamente debatida, em particular desde o crescimento da área disciplinar da Sociologia da Infância. A produção de um quadro teórico capaz de estudar as crianças e os seus pontos de vista acerca dos seus mundos, pretendeu combater o facto de as crianças terem sido “deixadas de parte” na produção das suas próprias “histórias”. As premissas trazidas para o

seio da Sociologia da Infância, como referido anteriormente, colocam diferentes desafios aos adultos, nomeadamente no desenho dos roteiros metodológicos e na conceção e interpretação de diferentes instrumentos de investigação. Quando se considera a criança enquanto ator social competente, capaz de compreender, descrever e analisar a sua própria ação, é exigido aos investigadores formas adequadas de escutar as vozes das crianças, através das suas próprias linguagens e formas de compreender o mundo. Do mesmo modo, ao vê-las como (re) construtoras das suas próprias formas de cultura, os investigadores estão implicitamente implicados em observar as crianças em contexto, percebendo as suas interações numa perspetiva interpretativa e crítica.

Assumir esta dimensão ontológica acerca do sujeito-criança, inevitavelmente, coloca novas questões à forma de conceber a investigação com as mesmas, novas considerações éticas e metodológicas, que assegurem que a sua participação se torne *audível* e *visível* em tais dinâmicas.

Estritamente ligada à ideia de recuperação de “voz das crianças” e da validade dos seus pontos de vista, a investigação com crianças passa a valorizar as suas perspetivas sobre os seus mundos e a dar cumprimento ao prescrito no artigo 12º da CDC (ONU, 1989), tendo em conta a necessidade de as ouvir e respeitar as suas visões do mundo. Ouvir e observar as ações da criança constituem, assim, dois eixos fundamentais na condução da investigação, não sendo uma eficaz sem a outra.

No entanto, diferentes paradoxos surgem quando estudamos as crianças: embora as vejamos como autónomas e capazes de (re) produzir os seus próprios mundos e as suas experiências, elas são sempre dependentes dos adultos. A investigação constitui, em si, uma tarefa meticulosa, dependente de negociação, ajuste, escolhas pessoais e preparação rigorosa.

Quais as implicações deste novo paradigma na investigação com crianças?

Nenhuma investigação acontece sem um quadro teórico que permita mobilizar conceitos e perspectivas acerca dos sujeitos de investigação, coerentes entre si. Assim, se argumentarmos no sentido de que as crianças devem ser ouvidas acerca de diferentes aspectos das suas vidas, a investigação deverá encontrar formas válidas e adequadas de as questionar e de recolher as suas opiniões.

Como em qualquer investigação, deveremos garantir que os investigadores consigam responder aos seus objetivos de pesquisa. Tal como defendem Christensen & James (2000), em qualquer investigação social a questão fundamental é saber que questões colocar e as melhores formas de as colocar. Assim, para o fazer, não necessitamos de negar a autonomia conceptual da infância e da criança, que defendemos anteriormente: pelo contrário, esta ajudará à definição de caminhos metodológicos mais adequados para conseguir atender à construção de informação mais completa e profunda. Sendo a alteridade da infância sempre construída na tensão da relação adultos/crianças, não podemos negar que a criança é um *outro* distinto do adulto, sendo ao mesmo tempo, um *outro* no seu grupo de pares. Esta alteridade é, ao mesmo tempo, uma mais valia e também um desafio para os processos de pesquisa, exigindo da parte do adulto uma significativa imaginação metodológica, que se joga nas interdependências entre os mundos das crianças e os dos adultos.

Finalmente, ainda acrescentar, que nos processos de pesquisa com crianças tem sido significativo, também, o debate acerca das questões éticas, o qual se prende diretamente com modos de entendimento da infância (Christensen & Prout, 2002). Uma nova preocupação com estas questões, identificada pelos autores relaciona-se sobretudo com processos de “individualização da ética” para os quais se torna necessária a inclusão de uma dimensão coletiva nas questões morais. A par desta preocupação, onde deverá entender-se a criança na dimensão individual, mas também enquanto grupo social e geracional específico e, por isso também, distintas de outros, os autores relacionam as ideias centrais sobre crianças que influenciarão,

direta e indiretamente a pesquisa. Estas questões surgem também intimamente ligadas com práticas de investigação consideradas adultocêntricas e não reveladoras das vozes das crianças nesses processos (Fernandes, 2016). Esta autora defende que alguns dos desafios para assegurar uma ética viável, não exclui a consideração de princípios éticos a ter em conta em qualquer processo desta natureza, nomeadamente o consentimento informado, a avaliação de custos e benefícios, a disseminação da investigação e os impactos futuros a partir dos seus resultados. Defende, ainda, a:

...indispensabilidade de se pensar nas questões de poder que se estabelecem entre adultos e crianças, que passam pelo enfrentamento do desafio que decorre das hierarquias protocolares e a forma como estas podem contribuir para a invisibilidade epistemológica das crianças na pesquisa; que passam, afinal, por um questionamento crítico relativamente à forma como é salvaguardada a autoria quer de crianças, quer de adultos, na análise, interpretação e produção de dados. (idem, p. 759).

Assim, a ideia de dar “voz” às crianças não significa descurar os contextos de ação e pesquisa, e muito menos as relações éticas que os adultos estabelecem com as crianças, devendo ser considerados processos dialógicos entre ambos. Para assegurar esta dialogicidade e colaboração entre adultos e crianças, necessitamos assegurar as alteridades de uns e outros, e os modos distintos como as mesmas são mobilizadas no processo de pesquisa.

#### **CIDADANIA E PARTICIPAÇÃO INFANTIL – DISPOSITIVOS E ESTRATÉGIAS METODOLÓGICAS.**

As necessárias articulações entre a dimensão epistemológica e metodológica levam-nos, a partir da sociologia da infância, a pensar em modos possíveis de conceber os processos de pesquisa que respeitem

a imagem da criança enquanto sujeito ativo de direitos, enquanto cidadã. Tal como referem Lundy & McEvoy (2011, p. 130)

...quando as crianças são vistas como titulares de direitos, não são somente reconhecidas como sendo capazes, mas também como tendo o direito de estar envolvidas nestes processos, com um concomitante dever dos adultos em assegurar que o seu direito a expressar as suas perspectivas e influenciar as suas vidas é respeitado.

Consideramos que nas possibilidades metodológicas que têm vindo a ser desenvolvidas, a propósito deste desafio colocado pelas autoras, deveremos ser cautelosos. Para tal é extremamente relevante a conceptualização proposta por Sarmiento & Marchi (2008), acerca de três possibilidades de conceber a produção de conhecimento na área da sociologia da infância: sociologia estrutural, interpretativa e crítica, as quais se sustentam em distintas imagens de infância e mobilizam distintos métodos e modos de conceber a pesquisa.

Iremos debruçar-nos, neste texto, sobretudo na perspectiva crítica, que de acordo com os autores, sustenta a ideia de que a infância é, simultaneamente, uma construção histórica, um grupo social oprimido e uma “condição social” – é um grupo que vive condições especiais de exclusão. Para além deste aspeto, considera ainda que a sociologia da infância se assume, também, como um meio para contribuir para a “emancipação social” da infância. É, portanto, uma sociologia da infância implicada e ativa, que para além da intenção de compreender os fenómenos sociais, considera que o momento de pesquisa é um momento, também ele, de transformação dos sujeitos que se envolvem no processo, sejam eles adultos ou crianças.

Nesse sentido, os modos de conceber a relação de pesquisa devem respeitar esta exigência, sendo especialmente utilizados métodos como a “investigação-ação” ou a “investigação participativa”. Nestes métodos a criança é activa na observação, na descrição, na explicação, na interpretação, na negociação das opções metodológicas,



assumindo-se como um sujeito ativo, cuja voz e ação social, são relevantes e fundamentais para o processo de investigação (Santana & Fernandes, 2011). Assim, de objetos-observados/explicados/interpretados, nestes métodos as crianças apresentam-se como sujeitos participativos e implicados – ultrapassando olhares hegemônicos acerca das competências das crianças.

Consideramos que através destes métodos é possível ir além da negatividade, em que, normalmente, as crianças ficam reféns ou invisíveis, uma vez que eles permitem explorar e evidenciar as suas competências, ao invés de se focalizarem nas suas faltas e limitações (idem, 2011).

Apresentaremos, em seguida, dois exemplos, que na nossa opinião, a partir de uma investigação participativa, permitem ilustrar modos como na pesquisa com crianças, podemos recriar espaços de cidadania ativa.

O primeiro exemplo pode encontrar-se no trabalho desenvolvido por Pereira (2017)<sup>1</sup>. A autora desenvolveu uma investigação participativa com crianças, afirmando que “... procuramos envolver o mais possível as crianças, tentando assegurar uma partilha de poderes e saberes ao longo da investigação, tendo em conta o que é importante para a criança e o seu ponto de vista.” (idem, 2017, p. 101). A autora descreve no trabalho o modo como o processo de pesquisa foi sendo construído com as crianças afirmando que “...em parceria com as crianças construímos, também, instrumentos de investigação. Estes resultaram de questionamentos, reflexões e diálogos que nos possibilitaram uma efetiva recolha de dados através do uso de ferramentas variadas.” Sublinha, também, que “... o processo é mais importante do que os resultados obtidos, ou seja, o “como” ocupa o lugar de destaque, tornando-se possível apurar a existência ou não de mudanças e como ocorreram...”.

---

1 Este trabalho resulta de uma investigação de Doutoramento, no âmbito do Doutoramento em Estudos da Criança, Especialidade em Sociologia da Infância, desenvolvido por Maria João Pereira e tendo sido orientado por Natália Fernandes

O trabalho empírico decorreu entre outubro de 2013 e julho de 2015, em 2 escolas, com um grupo de 38 crianças, moradoras em bairros sociais.

O que apresentamos agora, com mais detalhe, é uma das dinâmicas que resultaram de todo este processo. Retrata dois momentos da pesquisa em que o grupo de crianças considerou ser importante sair da escola, após um período de debate e reflexão, tendo todo o processo sido conduzido pelas mesmas, desde o registo do planeamento, até à definição de um roteiro de registo de imagens, tendo chegado a uma proposta final através de votação, tal como se pode comprovar através da seguinte nota de campo:

Vamos passear pelo bairro e perguntar às pessoas mais velhas, como a avó do Tiago I, que já moram no bairro há muito tempo, quando começou o bairro, quem fez... Vamos ver a parte nova e a parte velha, o que está mal, o que está bem”, Dinis.

Quem quer fazer entrevistas? Quem quer filmar ou fotografar? Levantem o braço”, Tiago I. “A Camila, a Madalena, o Bruce Lee, o Quaresma, o Dinis, o Tiago I e o Mascarenhas quiseram filmar e fotografar. Após decidido quem queria manusear as máquinas, tomaram nota dos nomes e da ordem pela qual cada um teria esse direito. As outras crianças não se pronunciaram sobre se queriam fotografar e/ou filmar.. (Nota de campo nº 11, janeiro, 2014)

Após a recolha das imagens, as crianças envolveram-se na sua visualização e discussão, comentando o modo como tinham feito o trabalho, sendo bastante críticos acerca do mesmo. Destas discussões resultou uma nova proposta de saída, de modo a que pudessem ser ultrapassados os aspetos menos conseguidos, considerando eles que com as aprendizagens que tinham feito, o resultado seria melhor.

Esta e outras iniciativas similares foram asseguradas ao longo do trabalho de Pereira (2017, p. 312), causando impacto, quer nas crianças envolvidas, quer nos adultos, tal como podemos comprovar pelo seguinte excerto:

Até para mim; fiquei a saber coisas que não sabia que aconteciam aqui no bairro. Eles passaram a ver o bairro de uma determinada maneira e até eu própria. Coisas que eu até ali olhava e não dava importância, depois, quando fui com eles às entrevistas... afinal as coisas não são assim como eu pensava; muitas vezes, nós também estamos na escola e aquilo que está à nossa volta não nos apercebemos muito bem (Entrevista, 30 de março, 2015)

Pelos dados apresentados fica expresso que modos de desenvolvimento de pesquisas, nos quais são consideradas as questões da participação das crianças, são momentos importantes no que diz respeito à salvaguarda e respeito, antes de mais, pela imagem da criança enquanto sujeito ativo de direitos, e depois, enquanto possibilidades de promoção de cidadania ativa, com efeitos alargados: não somente junto das crianças, mas também junto de todos aqueles que com ela partilham estas dinâmicas. Os professores vão identificando ao longo do processo um significativo impacto deste tipo de metodologias nas crianças envolvidas, tal como podemos ver pelo testemunho de Silva:

Faz-me pensar...Vi que se nós quisermos podemos fazer com que as crianças façam coisas surpreendentes. Eu fiquei muito surpreendida com muitas coisas que eles fizeram. Eles se vissem um colega a atirar um pacote de iogurte ou de leite ao chão, eles estavam logo ali..." (Silva, entrevista, 30 de março, 2015) (Pereira, 2017, p. 311)

Estes testemunhos vão de encontro a um grande conjunto de evidências que têm vindo a ser divulgadas, sobretudo através de

pesquisas na área dos estudos da criança, que sublinham que “Os projetos de participação podem gerar uma maior consciencialização dos direitos das crianças na comunidade e podem fortalecer as relações da comunidade através do diálogo intergeracional e de experiências partilhadas.” (Kranzl-Nagl et al, 2010, p. 172).

O segundo exemplo é de um estudo de caso desenvolvido numa Cidade Amiga das Crianças (CAC), no centro de Portugal em 2011 e 2012<sup>2</sup>. As crianças participaram num conjunto diversificado de atividades de investigação que tiveram como principal objetivo perceber a sua perspectiva sobre a cidade que habitam, e a recolha de propostas que considerassem positivas para transformação de alguns dos seus aspetos centrais. Neste contexto, as crianças e jovens recolheram imagens da cidade, em particular das suas freguesias, sinalizando as situações que consideravam negativas. Após essa recolha e discussão em Assembleia Municipal, participaram num workshop de investigação onde, em três grupos distintos, discutiram as propostas que tinham apresentado, priorizando a sua intervenção. A construção das prioridades identificadas foi efetuada por eles, tendo em conta critérios como: exequibilidade das propostas, a possibilidade de beneficiar diferentes grupos etários, e o investimento necessário. A partir desta experiência, o grupo foi capaz de criar, autonomamente, um conjunto de propostas que foram mais tarde traduzidas num exercício de mapeamento das suas freguesias.

A concretização do *workshop* acabou por conseguir revelar diferentes competências das crianças e jovens, e dar resposta a uma das questões que haviam já salientado nas entrevistas: a da criação de espaços que pudessem, de algum modo, reunir características de informalidade, a organização por grupos de trabalho que pudessem, sobretudo, contar também com a presença de adultos que pudessem mediar esse processo. Assim, os grupos foram capazes de se organizar de modo autónomo, e de implementar diferentes estratégias de

---

2 Estudo realizado no âmbito de projecto de doutoramento em Estudos da Criança, especialidade Sociologia da Infância (Trevisan, 2014)

trabalho para gerarem as suas próprias propostas. Ao contrário do que é referido em alguma literatura (Malone, 1999; Baraldi, 2003; Christensen, 2003, entre outros) os jovens não elaboram propostas exclusivamente centradas nas suas necessidades ou vontades: pelo contrário, revelam capacidade de entendimento da cidade como espaço plural e diferenciado, também nas gerações e grupos sociais que o compõem. Ainda que possam prestar especial atenção a visões suas e próprias, tal poderá atribuir-se ao facto de, tal como referimos anteriormente, o espaço ser personalizado (Christensen, 2003) e basear-se nas experiências que os sujeitos nele constroem o que, necessariamente, gerará maior conhecimento a partir das suas próprias perspetivas.

Finalmente, e quanto aos critérios mobilizados pelos grupos, é possível identificarem-se os seguintes: relevância das propostas; custo das propostas e exequibilidade das propostas.

Assim, as crianças e jovens são capazes de elaborar escolhas que, ao invés de serem arbitrárias e exclusivamente focadas nos seus próprios interesses e motivações, atendem a critérios frequentemente mobilizados em processos de tomada de decisão adultos. A relevância das propostas centra-se em particular na consideração que têm de pensarem a quem beneficiaria, incluindo nela grupos sociais e geracionais distintos; a exequibilidade implica que as crianças e jovens têm atenção a capacidade real das propostas virem a ser implementadas no terreno, revelando a preocupação que têm em poder criar influência a partir de observações concretas. Após construírem os mapas digitais, mobilizando as fotografias que haviam tirado, as crianças e jovens decidiram propor uma reunião com os presidentes das diferentes juntas de freguesia, para quem prepararam uma apresentação do seu trabalho. Estas dinâmicas de investigação permitiram que crianças e jovens pudessem construir espaços de discussão significativos da sua cidade, da sua identidade cidadã, mobilizando linguagens que lhes são familiares e possibilitando a construção de uma voz própria no que respeita a políticas locais.

Mesmo quando surgem projetos e iniciativas de envolvimento efetivo em termos de participação das crianças na cidade e no planeamento urbano, estes assumem muitas vezes uma lógica de visibilidade/protagonismo das crianças ou, tal como argumenta Baraldi (2003) uma perspectiva pedagogizante, de criação ou aumento de competências das crianças para utilização futura, ou seja, quando estas se tornarem adultas. Ainda que mobilizando mecanismos e processos mais ou menos formalizados, há que questionar onde querem as crianças participar e de que modo o querem fazer? Na verdade, não se trata sequer de afirmar que todas as crianças devem participar em todos os momentos. Trata-se, sim, de garantir que possam ter a escolha de o fazer, construindo-se processos e estruturas que se adequem às suas características, competências e necessidades. Para que tal possa acontecer, torna-se necessário garantir que os processos de investigação cumprem também estas premissas.

## CONCLUSÃO

Como Wyness discute (2001), o afastamento das crianças e jovens do mundo político, aliado ao facto de não obterem poder para a construção e partilha de decisões com os adultos, por exemplo, na definição de agendas políticas ou de perspetivas políticas nas políticas públicas, remete frequentemente para a lógica da “não criança” assumida como um estereótipo que vai em contracorrente com a ideia de normatividade da infância (Wyness, 2001; Sarmiento & Marchi, 2008). Por outro lado, ainda, o enfoque dado às necessidades da criança – seguindo, por isso lógicas protecionistas da Infância (Tomás, 2011) – implica a construção de uma lógica deficitária da infância: a do discurso da criança incompleta quando comparada ao adulto (Wyness, 2001). É também neste sentido que as diferentes responsabilidades que seriam também das crianças acabam por ser assumidas pelos adultos. No mesmo sentido Wyness (2001) argumentará que os direitos à autodeterminação (consignados também às crianças) retiram

determinadas responsabilidades e poderes das mãos dos adultos, uma vez que as crianças terão direito de tomar decisões para si próprias que poderão, no limite, colidir com interesses dos próprios adultos.

A participação relaciona-se com o espaço em diferentes formas. Como argumenta Wyness (2008) ela permite a localização das crianças no espaço público enquanto agentes sociais. Esta ideia, tal como temos vindo a observar permite, na nossa perspetiva, a sua localização no reconhecimento enquanto coletivo, fundamental para a sua consideração enquanto agentes politicamente competentes. Em segundo lugar, ela permitirá uma expansão desses domínios, com relações mais recíprocas e mais negociáveis entre adultos e crianças, em particular quando os adultos trabalham em conjunto com elas.

Estas assunções, tal como discutimos, terão de encontrar eco em propostas metodológicas que coloquem as crianças no centro de processos de investigação, que permitam não apenas ouvir as suas vozes, como atribuir-lhes significado real na construção da sua identidade cidadã.

## REFERÊNCIAS

Baraldi, C. (2003). Planning Childhood. Children's social participation in the town of adults. In Christensen, P., O'Brien, M. (2003). *Children in the city. Home, neighbourhood and community*. London: Routledge. 184-205

Cohen, E. (2005). Neither Seen Nor Heard: Children's Citizenship in Contemporary Democracies, *Citizenship Studies*, 9:2, 221-240, DOI: 10.1080/13621020500069687

Christensen, P. (2003). Place, space, and knowledge: children in the village and the city. In Christensen, P., O'Brien, M. (ed) (2003). *Children in the city. Home, neighbourhood and community*. London: Routledge. 13-28

Christensen, P. & Prout, A. (2002). Working with ethical symmetry in social research with children. *Childhood*. Vol. 9(4). 477-497

Christensen, P., O'Brien, M. (ed) (2003). *Children in the city. Home, neighbourhood and community*. London: Routledge

Christensen, Pia., James, A. (2005). *Investigação com crianças. Perspetivas e Práticas*. Porto: ESE Paula Frassinetti

Cockburn, T. (1998). Children and citizenship in Britain. A case for a socially interdependent model of citizenship. *Childhood*. Vol. 5(1). 99:117

Cockburn, T. (2007). Partners in Power: a radically pluralistic form of participative democracy for children and young people. *Children&Society*. Volume 21. 446-457

\_\_\_\_\_. (2013). *Rethinking children's citizenship*. London: Palgrave Macmillan

Comité Português para a UNICEF (2004). *Convenção sobre os direitos da criança*. Lisboa: Unicef

Fernandes, N. (2016). **Ética na pesquisa com crianças: ausências e desafios**. *Revista Brasileira de Educação*, v. 21 n. 66 jul.-set. 2016), p. 759- 779. <http://dx.doi.org/10.1590/S1413-24782016216639>

Foley, Pam., Leverett, S. (ed) (2011). *Children and Young people's spaces. Developing Practice*. London: Palgrave Macmillan

James, A. (2000). Embodied Being(s): Understanding the Self and the Body in Childhood. in Prout, Alan (ed.) (2000). Pp.19-37 *The Body, Childhood and Society*. London. MacMillan Press.

James, A., Jenks, C., Prout, A. (2002) (ed). *Theorising childhood*. London: Polity.



- Kranzl,-Nagl, R., Zartler, U. (2010). Children's participation in school and community: European perspectives. Barry Percy-Smith&Nigel Thomas (ed.) *A Handbook of children and Young people participation – Perspectives from theory and practice* (P. 164-173). London, Routledge.
- Lee, N. (2005). *Childhood and Human Value. Development, Separation and Separability*. London: Open University Press.
- Lister, R. (2007). Why citizenship: where, when and how children? *Theoretical Inquiries on Law*, vol. 8, p. 693-718.
- Lundy, Laura, McEvoy, L. (2011). Children's rights and research processes: Assisting children to (in)formed views. *Childhood*, nº 19(1), p. 129-144.
- Malone, K. (1999). Growing up in cities as a model of participatory planning and 'place-making' with young people. *Youth Studies Australia*. Vol.18. nº2
- Marshall, T.H, Bottommore, T. (1950, 1992). *Citizenship and Social Class*. London: Pluto Classic
- Plummer, K. (2003). *Intimate Citizenship. Private Decisions and Public Dialogues*. Seattle: University of Washington Press
- Pereira, M. J. (2017). *Participação das crianças em territórios de exclusão social: possibilidades e constrangimentos de uma cidadania infantil ativa*. Tese de Doutoramento em Estudos da Criança. Braga: Universidade do Minho
- Prout, Alan (2003). Participation, policy and childhood. In Hallet, Christine, Prout, Alan, (ed.), *Hearing the voices of children. Social policy for a new century*. Pp. 11-25. London, Routledge.
- Santana, JP, Fernandes, N. (2011). Pesquisas participativas com crianças em situação de risco e vulnerabilidade: possibilidades e

limites. In: XI Congresso Luso Afro Brasileiro de Ciências Sociais: diversidades e (des) igualdades. 2011 ago 7-10, Salvador, Brasil. Disponível em: <http://hdl.handle.net/1822/15479>.

Sarmiento, M.J.& Marchi, R. (2008). Radicalização da Infância na segunda modernidade. Para uma sociologia da Infância crítica. *Configurações*. nº4. 91-113

Sarmiento, M.J.& Trevisan, G. (2010). Children in the city: political competences and agency. Comunicação apresentada ao XVII ISA World Congress. *Sociology on the Move*. Julho de 2010: Gotemburgo

Sarmiento, M.J.; Trevisan, G. (2017). A crise social desenhada pelas crianças: imaginação e conhecimento social. In *Educar em Revista*, Curitiba, Brasil, Edição Especial n. 2, p. 17-34

Tomás, C. (2011). *Há muitos Mundos no Mundo. Cosmopolitismo, participação e direitos da criança*. Porto: Edições Afrontamento.

Trevisan, G. (2012). Cenários de participação política de crianças e jovens em contexto local: análise de uma experiência. in *Atas do VII Congresso Português de Sociologia*. Lisboa: APS. ISBN: 978-989-97981-0-6. Disponível em [http://www.aps.pt/vii\\_congresso/?area=016&lg=pt](http://www.aps.pt/vii_congresso/?area=016&lg=pt). 1-15

Trevisan, G. (2014). *‘Somos as pessoas que temos de escolher, não são as outras pessoas que escolhem por nós’: Infância e cenários de participação pública: uma análise sociológica dos modos de codecisão das crianças na escola e na cidade.* Tese de Doutoramento em Estudos da Criança. Braga: Universidade do Minho

Wyness, M. (2001). Children, childhood and political participation: case studies of young people’s councils. *The International Journal of Children’s Rights*, nº 9, p. 193-212.

Wyness, M.; Harrison, L. & Buchanan, I. (2004). Childhood, Politics and Ambiguity: towards an agenda for children's political inclusion. *Sociology*. 38:81. 81-99